

DESCONSTRUINDO VIOLÊNCIAS: Narrativas do Coletivo Mulheres do Ler como estratégia de resistência

DECONSTRUCTING VIOLENCE: Narratives of the Mulheres do Ler Collective as a Strategy of Resistance

Roberta Renoir S. Fumero¹
Veronica da Cunha A. Santos²

RESUMO: Este artigo analisa as narrativas produzidas pelo Coletivo Mulheres do Ler, formado por mulheres negras da Baixada Fluminense, como estratégia de enfrentamento às violências estruturais de gênero e raça. Partindo de dados nacionais sobre violência contra mulheres, o estudo desloca o foco da estatística para a experiência vivida, examinando como a leitura e a escrita, organizadas a partir do conceito de escrevivência, operam como práticas coletivas de reinscrição simbólica, resistência e produção de conhecimento. A escrevivência, compreendida não apenas como narrativa autobiográfica, mas como escrita do nós, articula memória, ancestralidade, território e educação, permitindo a elaboração de experiências historicamente silenciadas. Com abordagem qualitativa e interpretativa, o artigo analisa excertos das produções textuais do coletivo, publicadas entre 2018 e 2023, evidenciando que a escrita coletiva produz deslocamentos subjetivos, políticos e sociais concretos. Conclui-se que as escrevivências do Mulheres do Ler constituem uma estratégia de resistência que tensiona narrativas hegemônicas, fortalece processos formativos na Educação de Jovens e Adultos e afirma a potência política e epistemológica das mulheres negras periféricas.

Palavras chaves: Mulheres negras, violência, Escrevivência, resistência

ABSTRACT: This article analyzes narratives produced by the Mulheres do Ler Collective, formed by Black women from the Baixada Fluminense region in Brazil, as a strategy for confronting structural gender- and race-based violence. Drawing on national data on violence against women, the study shifts the focus from statistical analysis to lived experience, examining how reading and writing practices, organized through the concept of *escrevivência*, operate as collective forms of symbolic reinscription, resistance, and knowledge production. *Escrevivência* is understood not merely as autobiographical narrative, but as a collective writing of the “we,” articulating memory, ancestry, territory, and education, and enabling the elaboration of historically silenced experiences. Using a

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares / UFRRJ. Supervisora Pedagógica e Docente das séries iniciais em Duque de Caxias/ RJ; Integrante do Coletivo Mulheres do Ler: Escritora; E-mail: robertarenoirfumero1973@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5629086290070453>

² Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares / UFRRJ. Integrante do GEPEJA Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos PPGEDUC/UFRRJ, do Coletivo Mulheres do Ler e Fundadora do Espaço Educação e Saúde Confluenciar; E-mail: professora-veronicacunha@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7938485533315679>

qualitative and interpretive approach, the article analyzes excerpts from texts produced by the collective and published between 2018 and 2023, demonstrating that collective writing generates concrete subjective, political, and social shifts. The study concludes that the Mulheres do Ler's *escrevivências* constitute a resistance strategy that challenges hegemonic narratives, strengthens formative processes within Youth and Adult Education, and affirms the political and epistemological power of Black women from peripheral territories.

Keywords: Black women; violence; *Escrevivência*; resistance.

INTRODUÇÃO

Iniciamos esse artigo com dados vinculados a questão de violência contra mulher no Brasil, correlacionamos algumas informações sobre a questão de raça, ou seja, como as nossas mulheres negras têm sido atingidas nesse campo. Contudo queremos abordar como essas mulheres constroem e sustentam estratégias de conscientização dos seus direitos, de luta e resistência dentro de um panorama histórico e social de segregação e desvalorização. O intuito é demonstrar que a organização de Teias – grupos que se apoiam, geram movimento de análise e de estruturação de ações que auxiliam na transformação social. Neste artigo, a *escrevivência* é compreendida não apenas como narrativa autobiográfica, mas como prática coletiva de reinscrição simbólica. A análise parte de excertos selecionados das produções textuais do Coletivo Mulheres do Ler, publicadas nas coletâneas do grupo, considerando recorrências temáticas, marcas de ancestralidade, referências ao território e à experiência racializada e de gênero. A *escrevivência* é tomada, portanto, como categoria analítica que articula memória, linguagem e posição política, permitindo compreender como a leitura e a escrita se tornam estratégias de enfrentamento às violências estruturais que atravessam a vida dessas mulheres.

Infográfico 1 – Pessoas de 18 anos ou mais que sofreram violência física em 2019



Fonte: Instituto Igarapé

O infográfico 1 mostra de forma contundente a assimetria de gênero nas dinâmicas da violência, especialmente quando observada a relação entre vítima e agressor. Entre as mulheres, mais da metade dos episódios de violência registrados nos doze meses anteriores à pesquisa foram perpetrados por cônjuges, companheiros, ex-cônjuges ou parceiros íntimos, totalizando 52,4% dos casos. Esse dado aponta que a violência contra mulheres se estrutura predominantemente no espaço das relações afetivas e familiares, desmontando a narrativa de que o perigo estaria majoritariamente fora do ambiente doméstico. Em contraste, entre os homens, os maiores percentuais de violência são atribuídos a pessoas desconhecidas (34,5%) e a amigos, colegas ou vizinhos (23,1%), o que indica uma configuração distinta da experiência da violência segundo o gênero. Enquanto para os homens a violência tende a se manifestar no espaço público, para as mulheres ela se inscreve majoritariamente no âmbito privado, afetivo e relacional, onde deveriam prevalecer vínculos de cuidado e proteção.

A leitura do infográfico permite compreender que a violência de gênero é estrutural, reiterada e atravessada por relações de poder historicamente naturalizadas. O fato de pais, mães, padrastos, madrastras, irmãos e filhos também figurarem como agressores em percentuais significativos reforça a compreensão de que o corpo feminino é constantemente exposto à violência em múltiplas esferas da vida cotidiana, desde a infância até a vida adulta. No contexto deste artigo, esses dados ganham densidade analítica quando colocados em diálogo com as escrituras produzidas pelo Coletivo Mulheres do Ler. As estatísticas aqui apresentadas não aparecem nas narrativas sob a forma de números, mas vem como

experiências vividas, silenciadas ou elaboradas por meio da escrita. A violência praticada por parceiros íntimos, familiares ou pessoas próximas atravessa as escrevivências como dor cotidiana, medo, ruptura de projetos de vida e, ao mesmo tempo, como motor para a construção de redes de apoio, reconhecimento coletivo e resistência simbólica.

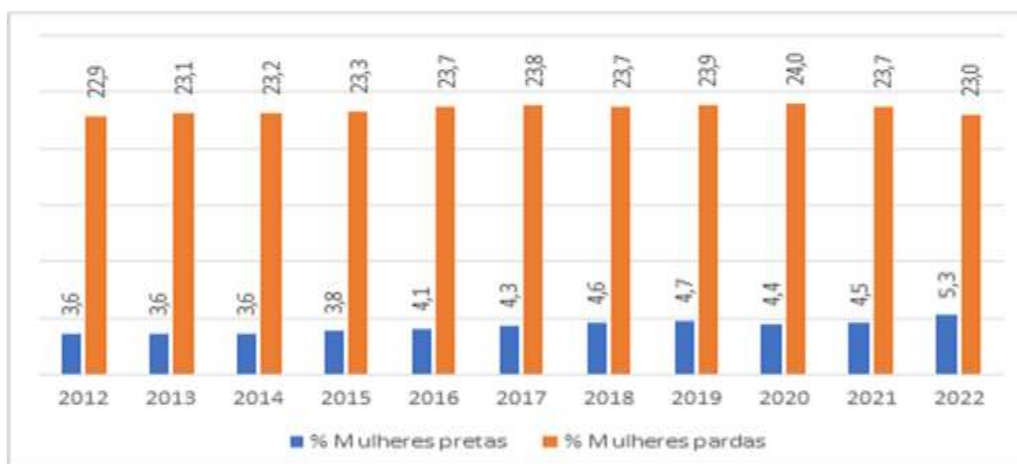
Assim, o infográfico vai além do retrato quantitativo da violência, pois é a expressão de uma lógica estrutural que encontra ressonância nas narrativas analisadas ao longo do texto. Ao deslocar a violência do campo da estatística para o campo da memória e da linguagem, as escrevivências transformam a experiência individual em elaboração coletiva, rompendo com o silêncio imposto às mulheres e produzindo formas outras de existência e enfrentamento. Nesse sentido, o diálogo entre os dados e as narrativas demonstra que a escrita, quando articulada à coletividade, constitui uma estratégia fundamental de resistência frente às violências de gênero. Ao longo da apuração dos dados, constatou-se que as mulheres negras são os principais alvos da violência de gênero não letais, independentemente da forma que as agressões assumem. Em 2018, mulheres pretas e pardas apareciam em 52% dos registros. No ano passado, elas eram as vítimas em 56,5% das ocorrências.

Segundo os responsáveis pelo levantamento, somente no ano passado, em média, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio, que é o homicídio motivado por ódio contra o gênero feminino, ou seja, contra mulheres, pelo fato de serem mulheres. Em 2018, os feminicídios representavam cerca de 27% das mortes violentas, porcentagem que subiu para 35% em 2022. No mesmo relatório mostra que a violência patrimonial, que se configura quando o parceiro da vítima restringe, por exemplo, o acesso a contas bancárias, ou se apropria do dinheiro ganho por ela, foi a que mais aumentou nos últimos cinco anos, 56,4%. Em 2022, seis mulheres a cada 100 sofreram esse tipo de violência, a maior taxa já registrada na série histórica sistematizada pelo levantamento, que se iniciou em 2009. O segundo maior crescimento foi o da violência sexual: 45,7%. Na última década, os casos que envolveram esse tipo de agressão duplicaram. A violência psicológica aumentou 23,2%, entre 2018 e 2022. Nesse caso, o que os pesquisadores ressaltam é o fato de que companheiros e ex-companheiros das mulheres são também seus principais agressores, correspondendo a mais da metade dos registros.

Embora seja o tipo mais comum entre os quatro analisados no estudo, a violência física, que representa 53% dos casos registrados, cresceu 8,3% no período. Somente em 2022, foram notificadas mais de 140 mil agressões do tipo, gerando uma média de 16 por hora. Esses dados estatísticos não aparecem nas escrituras do Coletivo Mulheres do Ler sob a forma de números ou categorias institucionais, mas atravessam as narrativas de maneira concreta, cotidiana e situada. A violência física, psicológica, patrimonial e simbólica emerge nos textos como experiência vivida, marcada por relações afetivas, familiares e laborais, sobretudo no espaço doméstico e no território periférico. As escrituras deslocam a violência do campo abstrato da estatística para o campo da memória e da elaboração coletiva, permitindo que aquilo que é vivido como dor individual seja reinscrito como experiência social compartilhada. Nesse sentido, os dados funcionam, neste artigo, não como finalidade analítica, mas como pano de fundo estrutural que tensiona e dá densidade às narrativas produzidas pelas mulheres do coletivo.

Sabemos que o termo negritude vem adquirindo diversos “usos e sentidos” nos últimos anos. Com a maior visibilidade da “questão étnica” no plano internacional e do movimento de afirmação racial no Brasil, o termo negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. Portanto, negritude é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos. Quando nos propomos a pesquisar as questões étnico raciais. A participação percentual das mulheres negras na população brasileira vinha crescendo consistentemente até 2019 e sofreu pequena redução a partir de 2021.

Figura 1 – Participação de Mulheres Negras no Total da população (%) – Brasil, 2012 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Total para "Cor ou raça" inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Apesar da redução observada na participação das mulheres negras na população total, o Brasil, apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, retrata uma sociedade majoritariamente negra, na qual a população preta e parda totaliza 119,75 milhões de brasileiros e responde por 56% da população total. Temos que nos estabelecer como um grupo, o qual, para ser respeitado e valorizado, necessita estar consciente da sua trajetória histórica, deve dimensionar suas principais contribuições e consequência desse caminhar histórico. Assim, é possível efetivamente conduzir lutas em busca dos seus direitos. A população negra em geral teve durante longos períodos históricos os seus direitos básicos negados, colocados num lugar de subalternidade, suscetível a violência, dizemos que essa se estabelece em diferentes níveis e maneiras (física, moral, financeira, política), é uma trajetória desafiadora a construção de estratégias de enfrentamento a essas problemáticas, Dentro desse contexto, inúmeras ações são implementadas no sentido de dar suporte sociocultural às zonas periféricas das nossas cidades. Logo, a proposta do trabalho em questão é conhecermos e contribuirmos para o desenvolvimento de atividades que fomentem estratégias de melhoria social.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche (2010) alerta-nos quanto aos males que a sonegação de histórias pode causar. Uma história contada apenas pelo ponto de vista masculino, branco e de classes mais favorecidas cria estereótipos, mostra cenários

incompletos, roubam memórias. É como se o corpo preto só existisse na dor e nunca na potência. Contudo, podemos resgatar as histórias que importam. Muitas histórias são importantes. Histórias de corpos femininos, negros e invisibilizados pela desigualdade mostram que a educação de jovens e adultos trabalha com um grupo que sofre um processo histórico e recorrente de silêncios. Assim, levando a discussão para a ABRALIC - Associação Brasileira de Literatura Comparada, onde fomos agraciados pelo fomento via PPGEDUC/UFRRJ e para o COPENE - Congresso de Pesquisadores Negros, dialogamos sobre a construção de um coletivo de mulheres na baixada fluminense do Rio de Janeiro chamado Mulheres do ler.

A partir da publicação do livro - Mulheres do Ler I, como fruto das rodas de conversa e produção textual de 2018/2019, o grupo começa a se fortalecer através das conversas de WhatsApp, Lives, tendo em vista o isolamento social provocado pela pandemia Covid 19 essa era (permanece assim) a maneira de divulgação do trabalho. Aquilo que se iniciou por uma circunstância adversa, transformou-se numa ação potente e essas mulheres começaram a construir diálogos insurgentes que provocaram muitos desdobramentos, dentre eles: inserções como lideranças em cargos públicos, seminários, revistas, colóquios, projetos de mestrado, doutorado, livros autorais e participações em outras antologias. Esses desdobramentos não podem ser compreendidos apenas como conquistas individuais, mas como efeitos de um processo coletivo de formação política e simbólica mediado pela leitura e pela escrita. As escrevivências operam como dispositivos de fortalecimento subjetivo, ampliando a autopercepção dessas mulheres enquanto produtoras de conhecimento e agentes de transformação social. A participação em espaços acadêmicos, institucionais e culturais revela que a escrita, quando articulada à coletividade, produz deslocamentos concretos nos modos de ocupar o mundo e reivindicar direitos.

Nesse excerto, observa-se que a escrita não se limita à narração de uma trajetória individual, mas se constrói como gesto de reconhecimento coletivo. A memória pessoal é atravessada pela ancestralidade, pelo território e pelas marcas da desigualdade racial e de gênero, configurando o que Conceição Evaristo denomina escrevivência, uma escrita que emerge da experiência, mas que se projeta para além do eu, inscrevendo-se no campo do nós. A palavra, nesse movimento, deixa de ser apenas relato e passa a operar como forma de elaboração simbólica e de tomada de posição no mundo.

Nas escritivências produzidas pelo Coletivo Mulheres do Ler, a escrita é atravessada pelo corpo e pelo cotidiano. As narrativas fazem emergir experiências relacionadas ao trabalho precarizado, à maternidade, às violências simbólicas e materiais, bem como às estratégias de sobrevivência construídas nos territórios periféricos. A linguagem mobilizada pelas autoras rompe com a neutralidade acadêmica e incorpora marcas da oralidade, da memória familiar e das vivências comunitárias, evidenciando que a escrita se constitui como extensão da vida vivida. Assim, a escritivência não se apresenta como exercício estético dissociado da realidade, mas como prática situada, enraizada nas condições históricas e sociais que atravessam essas mulheres.

Imagem 2 – Livros da coleção Mulheres do Ler



Fonte: Fotografiados pelos próprios autores

A imagem apresenta cinco volumes da coleção Mulheres do Ler, dispostos lado a lado, formando uma sequência visual que remete tanto à continuidade quanto à construção coletiva de uma trajetória. As capas são diversas em cores, texturas e linguagens gráficas, mas mantêm uma unidade simbólica marcada pela centralidade de mulheres negras, da escrita e da ancestralidade. A imagem das coletâneas Mulheres do Ler constitui uma síntese visual do percurso analítico desenvolvido neste artigo. As capas materializam a escritivência como prática coletiva, situada e insurgente, na medida em que articulam leitura, escrita, ancestralidade e território. A diversidade estética entre os volumes não indica fragmentação,

mas a pluralidade de vozes que compõem o coletivo, reafirmando que a escrevivência é construída no entrelaçamento de experiências singulares que se reconhecem no nós.

A presença explícita de referências como Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo inscreve o projeto em uma genealogia negra feminina, rompendo com a lógica da história única e afirmando a produção de conhecimento a partir de mulheres negras periféricas. Nesse sentido, as capas operam como dispositivos simbólicos que deslocam a escrita do campo individual para o campo da memória coletiva, evidenciando que a literatura produzida pelo coletivo não é apenas expressão estética, mas estratégia de resistência frente às violências estruturais de gênero, raça e classe. Assim como as escrevivências analisadas ao longo do texto, a materialidade visual das obras revela que a escrita emerge do cotidiano, do trabalho, da vida comunitária e da experiência racializada, transformando o livro em espaço de elaboração, reconhecimento e ação política. A imagem, portanto, não ilustra o artigo, mas o prolonga, tornando visível a pedagogia da teia e a potência epistemológica do Coletivo Mulheres do Ler.

Desta maneira, fomos desafiadas a revisar o processo e, debruçando-nos sobre os trabalhos desenvolvidos, compreendermos como o conceito de insurgência em Beel Hooks (2017) vem dialogar com o conceito de escrevivência em Conceição Evaristo (2009), perpassando as interfaces deste movimento onde os sus sujeitos vão se fazendo pronunciando, como já nos ensinou Freire (1997). Nestes pronunciamentos essas mulheres pretas, professoras, artesãs, merendeiras, contadoras de histórias, auxiliares de serviços gerais na escola pública vão se inscrevendo no mundo e, a partir da leitura e da escrita numa perspectiva contra hegemônica, elaboram um processo novo dentro de seus campos de atuação. A escrevivência, como afirma Conceição Evaristo (2014), é mais que escrever sobre si. É a escrita de nós. É um chamamento para que todas e todos tenham as suas escritas-vida marcadas na sociedade e com elas possam reescrever suas histórias. A pedagogia da teia vai se consolidando e elas efetivamente constroem um caminho teórico-metodológico que vislumbra a organização de sucessivas transgressões que mudam o rumo da História na/da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro.

Importa destacar que esse processo de insurgência não ocorre de forma linear ou isenta de tensões. A constituição do coletivo se dá em meio a sobrecargas de trabalho, precarização das condições de vida, responsabilidades familiares e aos desafios impostos

pelo contexto pandêmico. Ainda assim, é justamente nesse cenário adverso que a leitura e a escrita se afirmam como práticas de permanência e elaboração, revelando que a insurgência, tal como propõe bell hooks, não é um estado alcançado, mas um movimento contínuo, atravessado por contradições e disputas simbólicas.

CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Vivemos ainda em uma sociedade pensada e construída a partir da escravização, onde os colonizadores impõem à sua maneira de ser e viver no mundo. As violências sofridas pelas mulheres foram ganhando novas nuances. Nesse artigo nos debruçamos todo contexto de negação e invisibilização aparecem e A trajetória histórica de negação de direitos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Queimados são, portanto, parte disto. No entanto, as escrevivências narradas no Coletivo Mulheres do Ler são elementos instigadores que estimulam a nossa vontade de conhecer, com maior profundidade o desenvolvimento deste trabalho de leitura e escrita iniciado no território queimadense, tão marcado pela exclusão e achatada entre este processo de povoamento e globalização, devido ao êxodo rural e o inchaço demográfico na cidade do Rio de Janeiro. A impossibilidade de se fixarem na capital fez com que parte dessas pessoas se direcionaram à periferia. O espaço foi marginalizado não só fisicamente, mas em sua produção de conhecimento (TORRES, 2004).

A Baixada Fluminense, nesse sentido, não aparece apenas como cenário geográfico, mas como categoria analítica fundamental para a compreensão das escrevivências produzidas pelo coletivo. O território atravessa as narrativas como espaço de ausência de políticas públicas, de violência estrutural, mas também de construção de vínculos, redes de apoio e práticas solidárias. As escrevivências revelam uma Baixada vivida e narrada pelas mulheres que a habitam, deslocando representações estigmatizadas e produzindo contra-narrativas que afirmam a potência cultural, educativa e política do território. Quando Duarte (2018) fala de escrevivência, caminho da nossa pesquisa, diz que diante das histórias que incomodam, a escrevivência quer justamente provocar a fala e a escrita anunciam e provocar a denúncia. É preciso que a educação libertadora, aquela que se movimenta no sentido de

promover a ruptura com um sistema eurocentrado, e promova uma educação como prática de liberdade e possibilidades de engajamento (hooks, 2017).

Desejamos, visitando as escritivências apresentadas pelas Mulheres do ler, buscar o que dizem sobre racismo, ausência de serviços públicos, feminicídio, aumento de renda, ampliação de escolaridade, dentre outros. É importante salientarmos que não buscamos uma narrativa redentora, como nos alertam Fishman e Sales (2021). Entretanto, apesar de não apresentarmos a leitura literária e/ou a organização de um coletivo com e pelas escritivências em uma perspectiva redencionista, não podemos nos furtar a defesa de que com o histórico que temos de silenciamentos entre as mais pobres, sobretudo mulheres, pobres e negras, é desafiador pensar na formação de um coletivo em pleno momento pandêmico, lendo e escrevendo com Evaristo, hooks e, posteriormente, Gonzalez.

É urgente que uma outra História Negra Feminina seja apresentada e que as subalternizadas pela desigualdade mostrem que a educação de jovens e adultos trabalha, sim, com um grupo que sofreu (e sofre) um processo de analfabetização, todavia somos muito mais que isto (SOUZA, 2022). No contexto da Educação de Jovens e Adultos, a escritivência assume um papel ainda mais significativo, uma vez que rompe com a lógica deficitária historicamente associada a esse público. As narrativas produzidas pelas Mulheres do Ler tensionam a ideia de analfabetismo como ausência de saber, evidenciando trajetórias marcadas por conhecimentos silenciados e experiências não reconhecidas institucionalmente. A leitura e a escrita, nesse cenário, não operam como instrumentos de correção, mas como dispositivos de reconhecimento e valorização de saberes produzidos na vida, no trabalho e nas relações comunitárias.

Ao articular violência, escritivência e resistência, este artigo evidencia que as narrativas produzidas pelo Coletivo Mulheres do Ler não se limitam à denúncia das opressões vividas, mas constroem modos outros de existência e de elaboração da experiência. A escrita coletiva emerge como prática de enfrentamento às violências estruturais, permitindo que memórias silenciadas sejam transformadas em linguagem e ação política. Nesse sentido, a escritivência se afirma como estratégia de resistência que articula subjetividade, território e educação, produzindo fissuras nas narrativas hegemônicas e abrindo espaço para a construção de outras histórias possíveis.

O corpus analisado neste estudo é constituído por textos produzidos por integrantes do Coletivo Mulheres do Ler, publicados nas coletâneas do grupo entre os anos de 2018 e 2023, além de registros das práticas formativas e das rodas de leitura e escrita realizadas pelo coletivo. A abordagem é qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, buscando compreender os sentidos atribuídos pelas próprias autoras às suas experiências, sem a pretensão de estabelecer generalizações, mas enfatizando a potência analítica das narrativas situadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que as narrativas produzidas pelo Coletivo Mulheres do Ler constituem muito mais do que relatos individuais de experiências marcadas pela violência. As escrevivências vem como práticas coletivas de elaboração simbólica, nas quais memória, ancestralidade, território e educação se articulam para enfrentar violências estruturais de gênero, raça e classe. Ao deslocar a violência do campo abstrato da estatística para o campo da experiência vivida e narrada, o coletivo produz contra-narrativas que rompem com o silêncio historicamente imposto às mulheres negras periféricas. Os dados quantitativos apresentados, especialmente aqueles que apontam a centralidade das relações afetivas e familiares na produção da violência contra mulheres, ganham densidade analítica quando colocados em diálogo com as escrevivências. Nas narrativas, a violência não aparece como evento isolado, mas como experiência cotidiana que atravessa o corpo, o trabalho, a maternidade e os vínculos comunitários. A escrita, nesse contexto, opera como dispositivo de reconhecimento, permitindo que a dor individual seja reinscrita como experiência social compartilhada e politicamente elaborada.

Ao compreender a escrevivência como prática coletiva e não apenas como exercício autobiográfico, o artigo reafirma sua potência epistemológica e pedagógica, sobretudo no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. As experiências narradas pelas Mulheres do Ler tensionam a lógica deficitária que historicamente marca esse campo educativo, evidenciando saberes produzidos na vida, no trabalho e no território. A leitura e a escrita, organizadas em rede, tornam-se práticas de permanência, formação política e produção de conhecimento situado. A Baixada Fluminense, longe de figurar apenas como cenário,

emerge como categoria analítica fundamental. As escrituras revelam um território atravessado por ausências estruturais, mas também por redes de apoio, práticas solidárias e estratégias de resistência. Nesse sentido, o coletivo constrói uma pedagogia da teia, na qual a escrita se faz no entrelaçamento de vozes, experiências e filiações intelectuais negras femininas, afirmando uma genealogia que rompe com a lógica da história única. Conclui-se, portanto, que as escrituras do Coletivo Mulheres do Ler configuram uma estratégia de resistência que articula subjetividade, território e ação política. Ao transformar a escrita em prática coletiva de elaboração e enfrentamento, o grupo produz fissuras nas narrativas hegemônicas e afirma a potência das mulheres negras periféricas como produtoras de conhecimento, memória e futuro. A escritura, nesse horizonte, não apenas narra a vida, mas intervém no mundo.

REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. O perigo de uma história única. 1^a edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2010. **ALVES**, Rubem. Caleidoscópio In Ostra feliz não faz pérola. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. **ALMEIDA**, S. Racismo Estrutural. São Paula: editora Jandaí, 2020.

AMORIM, Christine e **MARIA**, Giselle. (orgs.). Mulheres do Ler II. Rio de Janeiro: Ed. Conexão 7, 2021

CARNEIRO, S. **DISPOSITIVO DE RACIALIDADE**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1 edição, Rio de Janeiro, Zahar:2023

CUNHA, Veronica (Org.). Mulheres do Ler. Rio de Janeiro; Conexão7, 2020.

CUNHA, V; **FUMERO**, R R S. Escrevendo e transformando mundos. Revista Transversos. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na História dos Brasis. Rio de Janeiro, nº. 20, 2020. pp. 238-245. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.55109.

DUARTE, L.C; CÔRTEZ, C e PEREIRA, A.R.M (orgs). Escrivivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. 2^a edição. Belo Horizonte: Idea, 2018

EVARISTO, C. LITERATURA NEGRA: Uma Poética da Nossa Afro-brasilidade, Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, Departamento de Letras, 1996.

FREIRE. P. PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à pratica educativa. 4^a edição. Edição. Paz e Terra: São Paulo-SP, 1997.

_____. Educação como prática da Liberdade. 47^a edição. São Paulo Paz e Terra, 2005

FUMERO, Roberta; AZEVEDO, Loide; CUNHA, Veronica (orgs.). Mulheres do Ler III. Rio de Janeiro: Ed. Conexão 7, 2022.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **GONZALEZ, Lélia.** Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.0

HOOKS, B. ENSINANDO A TRANSGREDIR: a educação como prática da liberdade. 2^a edição. São Paulo: editora WMF, Martins Fontes, 2017.

JESUS, C. M. de. QUARTO DE DESPEJO: diário de uma favelada. 10^a edição. São Paulo: Ática, 2018.

LIMA, M. DA INVENÇÃO DO “ANALFABETO” AO ANALFABETIZADO: História , educação de jovens e adultos e população negra in Revista África e Africanidades, Ano XIV - n^o 42, Maio 2022 – ISSN: 1983-2354 p. 1- 15<http://www.africaeaficanidades.com.br>

MACEDO, Lauane; Honório, Rosangela. (orgs.). As faces de Lélia Gonzalles em mim - Mulheres do Ler IV. Rio de Janeiro: Ed. Metanoia, 2023.

NASCIMENTO, E. M. A menina encaixotada 1a edição. Rio de Janeiro: Editora Conexão 7, 2023.

SALES, S R & FISCHMAN, G. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010 disponível em <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=541&doc=13803&mid=2>

SILVA, Adiná; **MIRANDELA**, Grace; **ALMEIDA**, Isabel; **ALVES**, Priscila (orgs.). Cartas para Conceição Evaristo -Mulheres do Ler V. Rio de Janeiro: Ed. Metanoia, 2024.

SOUZA, J. RALÉ BRASILEIRA: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TORRES, G. (org.). **BAIXADA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA**: sociedade, economia, política. São João de Meriti: IPAHB, 2004, p. 142.